

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.509.695 - MG
(2019/0147616-0)**

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : ANA ISABEL SALLES PIMENTA
ADVOGADO : MARCUS VINÍCIUS PIMENTA LOPES E OUTRO(S) -
MG132420
AGRAVADO : CONDOMINIO DO EDIFICIO CIDADE JARDIM
ADVOGADO : ROSANGELA MAXIMO DE CASTRO E OUTRO(S) -
MG066224
AGRAVADO : RUSBY AFFONSO CAETANO CORRÊA
ADVOGADO : HELDER GUIMARAES DE SOUZA E OUTRO(S) -
MG040008N

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL E DE SÚMULA. DESCABIMENTO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INTUITO PROTRELATÓRIO. MULTA AFASTADA.

1. Ação de cobrança de despesas condominiais.
2. A interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de dispositivo constitucional ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a" da CF/88.
3. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.
4. A existência de fundamento do acórdão recorrido não impugnado – quando suficiente para a manutenção de suas conclusões – impede a apreciação do recurso especial.
5. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
6. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.
7. Afasta-se a multa imposta pelo Tribunal de origem quando não se caracteriza o intuito protelatório na oposição dos embargos de declaração.
8. Agravo em recurso especial conhecido. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, provido.

DECISÃO

Superior Tribunal de Justiça

Em face das razões de fls. 1001/1011 (e-STJ), reconsidero a decisão da Presidência do STJ de fls. 997/998 (e-STJ) e passo a novo exame do recurso interposto por ANA ISABEL SALLES PIMENTA contra decisão interlocutória que negou seguimento a recurso especial fundamentado nas alíneas “a” e “c” do permissivo constitucional.

Agravo em recurso especial interposto em: 11/12/2018.

Concluso ao gabinete em: 26/09/2019.

Ação: de cobrança de despesas condominiais, ajuizada por CONDOMÍNIO EDIFÍCIO CIDADE JARDIM, em face da agravante e de RUSBY AFFONSO CAETANO CORREA, fundada no inadimplemento de 41 taxas condominiais.

Sentença: julgou procedente os pedidos para condenar a agravante e RUSBY, solidariamente: *i)* ao pagamento da quantia de R\$ 20.665,73 relativos às taxas de condomínio vencidas de 05/10/07 à 15/03/10, já incluídos atualização monetária e juros moratórios, devendo-se serem computados, a partir daí, nova atualização monetária, de acordo com a tabela publicada mensalmente pela Corregedoria de Justiça e juros moratórios a um por cento ao mês; *ii)* ao pagamento das parcelas vencidas no decorrer da ação, com a mesma atualização monetária e juros moratórios a partir das respectivas datas de vencimento; e *iii)* ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, fixados em 10% sobre o valor da condenação.

Acórdão: negou provimento à apelação interposta pela agravante, nos termos da seguinte ementa:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - PRELIMINARES DE OFÍCIO - NÃO CONHECIMENTO DE PARTE DO RECURSO - AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO INTRÍNSECO DE ADMISSIBILIDADE, RELATIVO A FATO IMPEDITIVO DO DIREITO DE RECORRER - PRECLUSÃO - VÍCIO DE REPRESENTAÇÃO - TERGIVERSAÇÃO - INOCORRÊNCIA - NÃO PROVIMENTO.

- Não deve ser conhecido o recurso - por ausência de pressuposto intrínseco de admissibilidade - em relação a questões que, submetidas ao julgador de primeiro grau, foram decididas, com ou sem manifestação de apropriado e oportuno recurso, em razão da ocorrência

Superior Tribunal de Justiça

da preclusão, que é fato impeditivo do direito de recorrer.

- Por não ter a parte logrado demonstrar a caracterização de patrocínio infiel na situação deduzida no inconformismo, não há falar-se em vício de representação processual.

Embargos de declaração: opostos pela agravante, foram rejeitados, com aplicação de multa 1% do valor atualizado da causa, nos termos do art. 1.026, §2º, do CPC/15.

Recurso especial: alega violação dos arts. 76, §1º, I, 485, IV, e 1.026, §2º, do CPC/15, do art. 5º, XXXV, LIV e LV, da CF/88, bem como dissídio jurisprudencial.

Requer a concessão de efeito suspensivo ao recurso especial e da gratuidade da justiça.

Sustenta que o vício de representação não teria sido sanado, motivo pelo qual o processo deveria ser extinto, sem resolução do mérito.

Defende ainda a necessidade de extinção do processo, sem resolução do mérito, em face da prevenção do juízo da 17ª Vara Cível do TJ/MG e da coisa julgada, tendo em vista o julgamento de ação anterior que possuiria as mesmas partes e o mesmo objeto.

Assevera que seria equivocada a multa aplicada em face da oposição de embargos de declaração, a qual deveria ser afastada.

É O RELATÓRIO. DECIDO.

- Julgamento: CPC/15

- Da gratuidade da justiça

Inicialmente, à luz do disposto no art. 99, § 3º, do CPC/15, segundo o qual presume-se verdadeira a alegação de insuficiência de recursos deduzida por pessoa natural, DEFIRO à agravante o benefício da gratuidade da justiça, conforme postulado na petição do recurso especial.

- Da violação de dispositivo constitucional ou de súmula

Superior Tribunal de Justiça

A interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de súmula, de dispositivo constitucional ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a" da CF/88.

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos arts. 76, §1º, I, 485, IV, do CPC/15, apesar da interposição de embargos de declaração. Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 211/STJ.

- Da existência de fundamento não impugnado

O agravante não impugnou o fundamento utilizado pelo TJ/MG acerca da ocorrência da preclusão (e-STJ, fls. 844/848). Como esse fundamento não foi impugnado, deve-se manter o acórdão recorrido. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 283/STF.

- Do reexame de fatos e provas

Ademais, alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à conclusão acerca da inexistência de vício na representação processual, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

- Da divergência jurisprudencial

Entre os acórdãos trazidos à colação, não há o necessário cotejo analítico nem a comprovação da similitude fática, elementos indispensáveis à demonstração da divergência. Assim, a análise da existência do dissídio é inviável, porque foram descumpridos os arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

Superior Tribunal de Justiça

- Da multa por embargos de declaração protelatórios

Da análise dos autos, percebe-se que os embargos de declaração interpostos pela parte agravante não possuem intuito protelatório, razão pela qual, de acordo com a Súmula 98/STJ, a aplicação da multa prevista no art. 1.026, § 2º, do CPC/15 deve ser afastada.

Forte nessas razões, RECONSIDERO a decisão primeira (e-STJ, fls. 997/998), CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III e V, “a”, do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, DOU-LHE PROVIMENTO, apenas para afastar a multa prevista no art. 1.026, §2º, do CPC/15. Prejudicada a análise do pedido de efeito suspensivo.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora